



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.698	16.531
Concessionárias	5	3.154	3.604
Impostos e contribuições sociais	6	256	391
Estoques	8	441	317
		<b>17.549</b>	<b>20.843</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	9	5.952	5.508
		<b>5.952</b>	<b>5.508</b>
Imobilizado	10	147.442	150.125
Intangível	11	376	382
		<b>147.818</b>	<b>150.507</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>171.319</b>	<b>176.858</b>

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	756	692
Impostos e contribuições sociais	6	475	517
Dividendos	15.2	2.977	3.161
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	5.839	5.855
Encargos regulamentares e setoriais		5	5
Provisões	14	369	409
Outras contas a pagar		1	
		<b>10.422</b>	<b>10.639</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	52.055	57.734
Partes relacionadas	7	885	956
Provisões	14	576	480
		<b>53.516</b>	<b>59.170</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.1	86.371	86.371
Reservas de lucros	15.3	21.010	20.678
		<b>107.381</b>	<b>107.049</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>171.319</b>	<b>176.858</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>86.371</b>	<b>17.860</b>	-	<b>104.231</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO 30/04/2012		(7.332)		(7.332)
Lucro líquido do exercício			13.311	13.311
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		666	(666)	-
Reserva de retenção de lucros		9.484	(9.484)	-
Dividendo obrigatório			(3.161)	(3.161)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>86.371</b>	<b>20.678</b>	-	<b>107.049</b>
Dividendo adicional aprovado - AGE 18/09/2013		(9.226)		(9.226)
Lucro líquido do exercício			12.535	12.535
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		627	(627)	-
Reserva de retenção de lucros		8.931	(8.931)	-
Dividendos propostos			(2.977)	(2.977)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>86.371</b>	<b>21.010</b>	-	<b>107.381</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2013	2012	2013	2012
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>28.026</b>	<b>29.529</b>		
Receita operacional	26.783	27.687		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	53	(55)		
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.190	1.897		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(6.944)</b>		
Custos da energia comprada	(2.753)	(2.927)		
Encargos de uso da rede elétrica	(336)	(513)		
Materiais	(161)	(264)		
Serviços de terceiros	(2.854)	(2.875)		
Outros custos operacionais	(210)	(365)		
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>21.712</b>	<b>22.585</b>		
<b>Retenções</b>				
Depreciações e amortizações	(3.844)	(3.386)		
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>17.868</b>	<b>19.199</b>	<b>19.364</b>	<b>21.130</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	1.496	1.931		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>19.364</b>	<b>21.130</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal			251	126
Remuneração direta				
Impostos, taxas e contribuições	2.343	2.557		
Federais			8	13
Estaduais				
Remuneração de capitais de terceiros	4.222	5.114		
Juros			5	9
Aluguéis				
Remuneração de capital próprio	2.977	3.161		
Dividendos			9.806	10.980
Lucros retidos	9.558	10.150		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, estado do Espírito Santo, é uma controlada da Energest S.A. (Energest), empresa do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil). A Companhia está constituída sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

**1.1 Autorizações**

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, estado do Espírito Santo.

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada		Energia Assegurada		Autorização	
				(MW)**	(MWh)**	(MW)**	(MWh)**	Início	Término
Francisco Gros (*)	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	16,40	13/11/2001	13/11/2031		

(\*) Conforme Resolução ANEEL nº 2.913/10 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gros.

(\*\*) Não auditado pelos auditores independentes.

A autorização da PCH vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99. A referida usina entrou em operação a partir de 27 de maio de 2009.

Na exploração da PCH, a autorizada terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), negociados principalmente com terceiros e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto prazo com terceiros e longo prazo, negociados com as partes relacionadas EDP Comercializadora. Ao final do prazo desta autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

**2 Base de preparação e práticas contábeis**

**2.1 Base de preparação**

**2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	Nota	2013	2012
<b>Receitas</b>	16	25.806	26.676
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.753)	(2.927)
Encargos de uso da rede elétrica	17	(337)	(513)
		<b>(3.090)</b>	<b>(3.440)</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(6)	(5)
Materiais e serviços de terceiros		(1.103)	(1.168)
Depreciações e amortizações		(3.844)	(3.386)
Outros custos de operação	17	(18)	152
		<b>(4.971)</b>	<b>(4.407)</b>
		<b>(8.061)</b>	<b>(7.847)</b>
<b>Lucro bruto</b>	17	<b>17.745</b>	<b>18.829</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas		53	(55)
Despesas gerais e administrativas		(1.146)	(497)
Outras despesas e receitas operacionais	17	(81)	(298)
		<b>(1.174)</b>	<b>(850)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>16.571</b>	<b>17.979</b>
Receitas financeiras		1.496	1.931
Despesas financeiras		(4.222)	(5.114)
<b>Resultado financeiro</b>	18	<b>(2.726)</b>	<b>(3.183)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>13.845</b>	<b>14.796</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.310)	(1.485)
		<b>(1.310)</b>	<b>(1.485)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>12.535</b>	<b>13.311</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	20		
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		0,14513	0,15411
ON			
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		0,14513	0,15411
ON			

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2013	2012
		<b>Reclassificado</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.845	14.796
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(53)	55
Depreciações e amortizações	3.844	3.386
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	35	2.952
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.107	4.976
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	76	60
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	21	49
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(444)	(427)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(18)	(53)
	<b>21.413</b>	<b>25.794</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Consumidores e concessionárias	503	(904)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(198)	(328)
Estoques	(124)	(82)
Despesas pagas antecipadamente	-	74
Outros ativos operacionais	-	4
	<b>181</b>	<b>(1.236)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	64	(4.925)
Outros tributos e contribuições sociais	131	(11)
Provisões	(41)	(82)
Outros passivos operacionais	1	-
	<b>155</b>	<b>(5.018)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>21.749</b>	<b>19.540</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.132)	(1.128)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>20.617</b>	<b>18.412</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.190)	(1.897)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.190)</b>	<b>(1.897)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	(71)	89
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(12.387)	(9.776)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.679)	(5.679)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(4.123)	(5.034)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(22.260)</b>	<b>(20.400)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.833)</b>	<b>(3.885)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.698	16.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.531	20.416
	<b>(2.833)</b>	<b>(3.885)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.1.4 Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

**b) Concessionárias (Nota 5)**

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

Na Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**c) Estoques (Nota 8)**

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, que estão classificados na rubrica de Imobilizado, e os utilizados na operação e manutenção, que estão classificados na rubrica de Estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.

**d) Imobilizado (Nota 10)**

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Na data do término da concessão, para efeito de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**f) Ativo intangível (Nota 11)**

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e servidão permanente. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
  - *Faixas de servidão permanente*: estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.
- A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**g) Licenças ambientais (Notas 11, 14 e 14.2)**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

**h) Redução ao valor recuperável****Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**i) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j) Fornecedores (Nota 12)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

**k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**l) Provisões (Nota 14)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 19)**

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

**o) Dividendos (Nota 15.2)**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

**p) Capital social (Nota 15.1)**

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**q) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

**• Receita operacional**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

**• Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

**r) Resultado por ação (Nota 20)**

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

**s) Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 2.2 item h); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item t); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 2.2 item l); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota 2.2 item l e item g).

**t) Instrumentos financeiros (Nota 21)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**2.2 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS e IFRIC novas e revisadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**2.2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**  
A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

**IFRIC 21 - Impostos**

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

**IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros**

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

**IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros**

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação. Existem, adicionalmente, alterações incorporadas nas IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas através desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

**2.2.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.****CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

**3 Eventos significativos no exercício****3.1 Resolução CNPE nº 03/2013**

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas - ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em síntese, as tess defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representantes dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em agosto/2013, o Tribunal Regional Federal - TRF deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos arts 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor da contingência na Companhia é de R\$348.

**3.2 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13**

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	2.207	1.757
Aplicações financeiras - renda fixa	11.491	14.774
<b>Total</b>	<b>13.698</b>	<b>16.531</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 93,0% e 99,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.3.

**5 Concessionárias**

	Saldos	Vencidos há	Total	PCLD	Saldo líquido em	
	Vincendos	mais de 90 dias			31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	2.871		2.871		2.871	3.604
Energia de curto prazo	283		283		283	
	<b>3.154</b>	-	<b>3.154</b>	-	<b>3.154</b>	<b>3.604</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>3.154</b>	-	<b>3.154</b>	-	<b>3.154</b>	<b>3.604</b>
<b>Não circulante</b>						
Concessionárias						
Energia de curto prazo	-	34	34	(34)	-	-
	-	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>(34)</b>	-	-
<b>Total Não Circulante</b>	-	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>(34)</b>	-	-

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia entende que a PCLD constituída no não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas. A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

**6 Impostos e contribuições sociais**

	Saldo em	Adição	Atualização	Adiantamentos/	Compensação	Reclassi-	Transferência	Saldo em
	31/12/2012		monetária	Pagamentos	de tributos	ficação		31/12/2013
<b>Ativo - compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social	17		25		(358)		316	-
IRRF sobre aplicações financeiras	312	174					(308)	178
ISS						4		4
Outros	62			24		(4)	(8)	74
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>174</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>(358)</b>	-	-	<b>256</b>
<b>Circulante</b>	<b>391</b>							<b>256</b>
<b>Total</b>	<b>391</b>							<b>256</b>
<b>Passivo - a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social	355	1.310		(1.132)	(186)			347
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	14		(14)				-
PIS e COFINS	103	978		(819)	(172)			90
ISS	20	57	7	(84)				-
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	-	72		(73)		4		3
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	27	21		(22)		(4)		22
Outros	12	59		(58)				13
<b>Total</b>	<b>517</b>	<b>2.511</b>	<b>7</b>	<b>(2.202)</b>	<b>(358)</b>	-	-	<b>475</b>
<b>Circulante</b>	<b>517</b>							<b>475</b>
<b>Total</b>	<b>517</b>							<b>475</b>

**7 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013 (*)	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
<b>Concessionárias</b>										
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	181,53	49	45			405	385
	EDP Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	180,47	41	37			332	315
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		37	95			415	362
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			670				2.540
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012							5
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						1.177	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						23	
					<b>127</b>	<b>847</b>	-	-	<b>2.352</b>	<b>3.607</b>
<b>Partes relacionadas</b>										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007					828	828		
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				10		(111)	(111)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				31		(31)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							(22)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL				16	128	(251)	(126)
					-	-	<b>885</b>	<b>956</b>	<b>(393)</b>	<b>(259)</b>
<b>Fornecedores</b>										
Contrato de uso do sistema de distribuição	EDP Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025					44	(305)	(513)
Compra de energia elétrica (contratos bilaterais)	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012							2.050
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013				62		673	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013						105	
					-	-	<b>62</b>	<b>44</b>	<b>473</b>	<b>1.537</b>
<b>Total</b>					<b>127</b>	<b>847</b>	<b>947</b>	<b>1.000</b>	<b>2.432</b>	<b>4.885</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da  *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do  *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida aos contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

Com a venda de parte do terreno do Centro Operativo da EDP Escelsa, em junho de 2013, foram firmados os primeiros Termos Aditivos ao Instrumento Particular de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, firmado entre as empresas que compartilham gastos no estado do Espírito Santo (EDP Escelsa, Energest, Santa Fé, EDP Renováveis, EDP GRID e EnerPrev). Em 20 de novembro de 2013, por meio do Despacho nº 3.946, a ANEEL anuiu os documentos, ressaltando que se mantém as exigências e condições constantes do Despacho nº 1.598/11. O rateio do compartilhamento dos gastos ficou suspenso no período de julho a novembro/2013, sendo integralmente repassados em dezembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

**7.1 Controladora direta e controladora final**

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**7.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte**

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela Energest que é sua controladora direta e pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora final.

**7.3 Remuneração dos administradores**

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

**8 Estoques**

	31/12/2013	31/12/2012
Material de almoxarifado	441	317
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>317</b>

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Cauções e depósitos vinculados	5.952	5.508
<b>Total</b>	<b>5.952</b>	<b>5.508</b>

O saldo de Cauções e depósitos vinculados refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento dos contratos de financiamentos.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 10 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2013			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2012		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200		4.200		4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,66	82.530	(7.667)	74.863	2,64	82.055	(5.882)	76.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45	19.329	(1.953)	17.376	3,38	18.884	(1.482)	17.402
Máquinas e equipamentos	3,83	40.361	(3.891)	36.470	3,17	43.173	(2.888)	40.285
Móveis e utensílios	6,25	40	(7)	33	7,85	39	(11)	28
		<b>146.460</b>	<b>(13.518)</b>	<b>132.942</b>		<b>148.351</b>	<b>(10.263)</b>	<b>138.088</b>
Sistema de transmissão associada								
Máquinas e equipamentos	3,00	10.432	(885)	9.547	3,00	7.536	(315)	7.221
		<b>10.432</b>	<b>(885)</b>	<b>9.547</b>		<b>7.536</b>	<b>(315)</b>	<b>7.221</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>156.892</b>	<b>(14.403)</b>	<b>142.489</b>		<b>155.887</b>	<b>(10.578)</b>	<b>145.309</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		4.935		4.935		4.816		4.816
Administração		18		18				
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>4.953</b>	<b>-</b>	<b>4.953</b>		<b>4.816</b>	<b>-</b>	<b>4.816</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>161.845</b>	<b>(14.403)</b>	<b>147.442</b>		<b>160.703</b>	<b>(10.578)</b>	<b>150.125</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2012	Transferência para imobilizado em serviço			Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2013
		Ingressos						
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Terrenos	4.200						4.200	
Reservatórios, barragens e adutoras	76.173		42		(1.744)	392	74.863	
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.402		445		(471)		17.376	
Máquinas e equipamentos	47.506		543		(1.621)	(10)	46.017	
Móveis e utensílios	28				(2)	(2)	33	
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>145.309</b>	<b>-</b>	<b>1.030</b>	<b>(3.838)</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>	<b>142.489</b>	
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>4.816</b>	<b>1.190</b>	<b>(1.030)</b>	<b>-</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>4.953</b>	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>150.125</b>	<b>1.190</b>	<b>-</b>	<b>(3.838)</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>147.442</b>	

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Companhia realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento, não ocorreram ajustes significativos em decorrência da conciliação, apenas a reclassificação entre classes de imobilizados para a melhor adequação da base do ativo imobilizado em atendimento da referida Resolução.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma em 31 de dezembro de 2013 entendemos que, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

## 11 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2013			Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2012		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Software	20,00	16	(4)	12	20,00	28	(6)	22
Servidão permanente		98		98		195		195
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	460	(460)	-	8,26	460	(460)	-
		<b>574</b>	<b>(464)</b>	<b>110</b>		<b>683</b>	<b>(466)</b>	<b>217</b>
Transmissão								
Servidão permanente		262		262		165		165
		<b>262</b>	<b>-</b>	<b>262</b>		<b>165</b>	<b>-</b>	<b>165</b>
Administração								
Software	20,00	13	(9)	4				
		<b>13</b>	<b>(9)</b>	<b>4</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Intangível em Serviço</b>		<b>849</b>	<b>(473)</b>	<b>376</b>		<b>848</b>	<b>(466)</b>	<b>382</b>
<b>Total intangível</b>		<b>849</b>	<b>(473)</b>	<b>376</b>		<b>848</b>	<b>(466)</b>	<b>382</b>

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Intangível em serviço</b>			
Software	22	(6)	16
Servidão permanente	360		360
	<b>382</b>	<b>(6)</b>	<b>376</b>

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

## 13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2013			31/12/2012					
									Encargos		Principal	Encargos		Principal		Não circulante	Total
									Circulante	Circulante		Circulante	Circulante				
<b>Moeda nacional</b>																	
					i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2.												
BNDES - Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé	ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	160	5.679	52.055	57.894	176	5.679	57.734	63.589	
					iii. Restrição de pagamento de dividendos.												
<b>Total</b>									<b>160</b>	<b>5.679</b>	<b>52.055</b>	<b>57.894</b>	<b>176</b>	<b>5.679</b>	<b>57.734</b>	<b>63.589</b>	

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 22.2.

## 13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2012	Paga-mentos	Juros provisionados	Trans-ferências	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos					
Principal	5.679	(5.679)		5.679	5.679
Juros	176	(4.123)	4.107		160
	<b>5.855</b>	<b>(9.802)</b>	<b>4.107</b>	<b>5.679</b>	<b>5.839</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	57.734			(5.679)	52.055
	<b>57.734</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.679)</b>	<b>52.055</b>

## 13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

	Tipo de moeda	
	Nacional	Total
<b>Vencimento</b>		
Circulante		
2014	5.839	5.839
	<b>5.839</b>	<b>5.839</b>
Não circulante		
2015	5.679	5.679
2016	5.679	5.679
2017	5.679	5.679
2018	5.679	5.679
2019	5.679	5.679
2020 até 2024	23.660	23.660
	<b>52.055</b>	<b>52.055</b>
<b>Total</b>	<b>57.894</b>	<b>57.894</b>

## 14 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			470	394
Licenças ambientais	369	409	106	86
<b>Total</b>	<b>369</b>	<b>409</b>	<b>576</b>	<b>480</b>

## 12 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	63	2
Encargos de uso da rede elétrica		44
Operações CCEE	18	225
Materiais e serviços	675	421
<b>Total</b>	<b>756</b>	<b>692</b>

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas para entrada em operação das usinas hidrelétricas e sua amortização é efetuada durante o período de vigência da licença. Em 2012 a Administração requereu junto aos órgãos competentes a prorrogação das licenças ambientais, 120 dias antes do vencimento. A partir desta solicitação e até que se obtenha a renovação, ficam em vigor as licenças ambientais anteriormente obtidas.

## 14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

## 14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		
	Saldo em 31/12/2012	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2013
Cíveis	394	76	470
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>76</b>	<b>470</b>
Não circulante	394		470
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b></b>	<b>470</b>

## 14.1.2 Risco de perda possível

Na Companhia não existem processos de naturezas Trabalhistas, Cíveis ou Fiscais em andamento, cuja perda tenha sido estimada como possível.

## 14.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2013 no circulante de R\$369 (R\$409 em 31 de dezembro de 2012) e no não circulante de R\$106 (R\$86 em 31 de dezembro de 2012) referem-se às provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, implantação de unidades de conservação e monitoramento do lençol freático. O reconhecimento dos custos associados às licenças prévias e de instalação ocorreu contra a rubrica de Imobilizado, sendo, portanto, tratado como custo da usina. Já os custos associados à licença de operação foram reconhecidos contra a rubrica de Intangível. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

## 15 Patrimônio líquido

## 15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da controlada Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

## 15.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	12.535	
Constituição da reserva legal - 5%	(627)	
	<b>11.908</b>	
Destinação do lucro	<b>11.908</b>	
Dividendo obrigatório	2.977	
Reserva de lucros	8.931	
Quantidade de ações	86.371.000	
Dividendos por ação - R\$ - Dividendo obrigatório	0,00003	
Dividendos por ação - R\$	0,00014	
<b>15.3 Reservas de lucros</b>		
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Reservas de lucros		
Legal	2.466	1.839
Retenção de lucros	18.544	18.839
	<b>21.010</b>	<b>20.678</b>
<b>Total</b>	<b>21.010</b>	<b>20.678</b>

**16 Receitas**

	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
<b>Suprimento de Energia elétrica</b>	146.300	172.953	26.129	26.177
<b>Energia de curto prazo</b>			655	1.510
<b>Receitas com operações de energia elétrica</b>	<b>146.300</b>	<b>172.953</b>	<b>26.784</b>	<b>27.687</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>146.300</b>	<b>172.953</b>	<b>26.784</b>	<b>27.687</b>
(-) Deduções à receita operacional			(978)	(1.011)
PIS/COFINS			(978)	(1.011)
<b>Receita</b>	<b>146.300</b>	<b>172.953</b>	<b>25.806</b>	<b>26.676</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

**17 Gastos operacionais**

	2013		2012	
	Custo do serviço		Despesas operacionais	
	Com energia elétrica	De operação	Com e adminis-trativas	Outras
<b>Não gerenciáveis</b>				
Energia elétrica comprada para revenda				
Moeda nacional	2.753			2.753
Encargos de uso da rede elétrica	337			337
Taxa de fiscalização			56	56
	<b>3.090</b>	-	-	<b>3.146</b>
<b>Gerenciáveis</b>				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		6	245	251
Material		70		70
Serviços de terceiros		1.033	782	1.815
Depreciação		3.838		3.838
Amortização		6		6
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			(53)	(53)
Aluguéis e arrendamentos			5	5
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				25
Outras		18	114	132
	-	<b>4.971</b>	<b>(53)</b>	<b>6.089</b>
<b>Total</b>	<b>3.090</b>	<b>4.971</b>	<b>(53)</b>	<b>8.697</b>

**21.2 Classificação dos instrumentos financeiros**

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Ativos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	2.207	1.757	2.207	1.757
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.491	14.774	11.491	14.774
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	3.154	3.604	3.154	3.604
<b>Não circulante</b>							
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	5.952	5.508	5.952	5.508
				<b>22.804</b>	<b>25.643</b>	<b>22.804</b>	<b>25.643</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	756	692	756	692
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	5.839	5.855	5.839	5.855
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	52.055	57.734	52.055	57.734
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	885	956	885	956
				<b>59.535</b>	<b>65.237</b>	<b>59.535</b>	<b>65.237</b>

**21.2.1 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES para depósitos vinculados a dívida da Companhia.

(iv) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(v) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

**21.2.2 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

**18 Resultado financeiro**

	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.304	1.877
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	25	53
Outras receitas financeiras	167	1
	<b>1.496</b>	<b>1.931</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multa sobre impostos	(7)	(29)
Encargos de dívidas	(4.114)	(4.976)
Atualização monetária de licenças ambientais	(21)	(49)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(76)	(60)
Outras despesas financeiras	(4)	-
	<b>(4.222)</b>	<b>(5.114)</b>
	<b>(2.726)</b>	<b>(3.183)</b>

**19 Imposto de Renda e Contribuição Social**

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.845	14.796	13.845	14.796
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(3.461)</b>	<b>(3.699)</b>	<b>(1.246)</b>	<b>(1.332)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outros				
Ajuste lucro presumido	2.480	2.662	893	860
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(957)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>(353)</b>	<b>(472)</b>
Alíquota Efetiva	6,91%	6,85%	2,55%	3,19%

**20 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	12.535	13.311
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<b>0,14513</b>	<b>0,15411</b>

**21 Instrumentos financeiros**

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 2/11 e Instrução CVM n° 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

**21.1 Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**21.3 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**21.3.1 Análise de sensibilidade**

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM n° 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.397	145	-	1.542	385	771	(385)	(771)
		<b>1.397</b>	<b>145</b>	<b>-</b>	<b>1.542</b>	<b>385</b>	<b>771</b>	<b>(385)</b>	<b>(771)</b>
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(3.824)	(11.520)	(4.253)	(19.597)	(3.563)	(7.126)	3.563	7.126
		<b>(3.824)</b>	<b>(11.520)</b>	<b>(4.253)</b>	<b>(19.597)</b>	<b>(3.563)</b>	<b>(7.126)</b>	<b>3.563</b>	<b>7.126</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%; TJLP entre 5,00% e 5,50%.

**21.4 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 22.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 22.1.

**21.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**22 Compromissos contratuais e Garantias**

**22.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2013			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Obrigações de compra	2.207	1.475	712	20
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	13.654	3.441	5.822	4.391
	<b>15.861</b>	<b>4.916</b>	<b>6.534</b>	<b>4.411</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

**22.2 Garantias**

Tipo de garantia oferecida	31/12/2013	31/12/2012
Depósito Cauconado	5.950	5.508
Fiança Corporativa	57.895	63.589
Penhor de Ações	86.371	86.371
Penhor de Direitos	57.895	63.589
	<b>208.111</b>	<b>219.057</b>

**Depósito Cauconado:** são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Fiança Corporativa:** A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Penhor de Ações:** É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia pertence à Energest, conforme nota 13.1.

**Penhor de Direitos:** Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé, compreendendo, mas não se limitando, aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**23 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	<b>2013</b>
Usinas	47.559

**24 Meio ambiente**

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2013 foram de R\$324 (R\$305 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$40 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente e R\$284 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

**DIRETORIA**

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**André Luiz de Castro Pereira**  
Diretor

**José Cherem Pinto**  
Diretor

**André Luís Nunes de Mello Almeida**  
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

**Ana Paula Marzano Cerqueira**  
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" ES

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Santa Fé Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Outros assuntos**

**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro 2012 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 25 de fevereiro 2013, expressa opinião sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "S" ES

**Valdir Renato Coscodai**  
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" ES